

Ata Avulsa do Conselho Administrativo

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte e um na sala de reuniões do gabinete da direção, pelas 17 horas, reuniu o Conselho Administrativo do Agrupamento de Escolas Madeira Torres, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA – GESTÃO DE PROJETO “FORMAÇÃO DE DOCENTES E OUTROS AGENTES DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO” DO CFETVL.

Dando início à reunião e, verificando-se estarem presentes todos os elementos do conselho, a Presidente informou sobre a necessidade de contratar serviços de consultoria Integrados – Gestão de Projetos financiados pelo Programa Operacional Capital Humano (POCH), tendo em conta que o Agrupamento de Escolas Madeira Torres e o CFETVL, não possuem os meios humanos e os conhecimentos técnicos necessários à gestão destes projetos.

Assim, a Presidente, apresentou ao Conselho Administrativo a Proposta de Autorização de Procedimento elaborada [REDACTED] em 22/4/2021, previamente distribuída por todos os membros do Conselho Administrativo, e com o teor em anexo e que se dá aqui por reproduzido.

"Informação Nº 001/CFETVL/2021

Data: 22 de Abril de 2021

De: CFETVL

Para: Conselho Administrativo

Ajuste Direto n.º 5/AEMT/CFETVL/2021

Assunto: Proposta de autorização de procedimento destinado a prestação de serviços de consultoria - Gestão de Projeto "Formação de Docentes e outros Agentes de educação e formação", do CFETVL

O interesse público é satisfeito, de forma cada vez mais abrangente, através da celebração de contratos com operadores económicos, o que faz com que este agrupamento escolar prossiga grande parte das suas atribuições através do recurso à via contratual.

A assessoria em apreço, procura dar resposta à satisfação de necessidades decorrentes da Escola no âmbito dos projetos financiados que não podem ser cumpridas com os meios próprios da Escola face à ausência recursos humanos com conhecimento técnico para o efeito.

O objeto do presente concurso insere-se na categoria 72224000-1 Serviços de consultoria em gestão de projetos – de acordo com o disposto no Regulamento (CE) n.º 213/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao vocabulário comum para concursos públicos, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74/2 de 15 de março de 2008.

Conforme dispõe o artigo 36.º do CCP, o procedimento pré-contratual tem o seu início quando o órgão competente toma a decisão de contratar. Nesta perspetiva, no momento da decisão de contratar, o órgão competente deverá igualmente aprovar a despesa máxima do contrato a celebrar, a qual terá necessariamente de se encontrar previamente cabimentada, por aplicação da legislação em vigor.

O procedimento pré-contratual tem como preço base 5.500,00 € (cinco mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e será objeto de cabimento.

O preço base total foi definido com base nos custos médios unitários resultantes de procedimentos similares.

À decisão de contratar e decisão de autorização da despesa inerente ao contrato a celebrar, o órgão competente para tal pode praticar outros atos como sejam os da:

- a) aprovação do procedimento a adotar (artigo 38.º do CCP);*
- b) aprovação das peças do procedimento (artigo 40.º n.º 2 do CCP);*
- d) designação do responsável pela direção do procedimento (artigo 55.º n.º 2 do DL 4/2015, de 7 de janeiro);*
- e) designação do Gestor de Contrato (artigo 290.º-A do CCP).*

Considerando os termos da informação propõe-se que seja adotado o Ajuste Direto nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 2.º, conjugado com a alínea a) do artigo 16.º, com o artigo 20.º e com artigo 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP) na sua versão alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

Atendendo à natureza da prestação pretendida propõe-se, igualmente, que seja aprovado o convite o caderno de encargos em anexo e convidadas as empresas:

*Companhia Própria – Formação e Consultoria, Lda (NIF 503994138);
ines@companhiapropria.pt.*

A preferência dada a esta entidade assenta essencialmente em dois pressupostos: (i) ser do prévio conhecimento deste serviço (ii) ter demonstrado experiência e bom desempenho contratual com outras entidades no mesmo âmbito contratual;

Salvo decisão em contrário e não obstante a verificação de conflitos de interesses aquando da apresentação de propostas, sugere-se e propõe-se que o presente processo seja conduzido [REDACTED].

Informa-se que o responsável pelo acompanhamento da execução do contrato é [REDACTED]

Por último informa-se que o contrato deverá ser reduzido a escrito nos termos do disposto no artigo 94 e dispensada a apresentação de caução nos termos do artigo 88/2/a do CCP.

À Proposta de Autorização de Procedimento encontram-se anexados os seguintes documentos: Convite | Caderno de Encargos | Anexo A | Anexo I | Anexo II | Anexo III, que se dão por inteiramente reproduzidos.

A proposta de autorização de procedimento e respetivos anexos bem como as peças do procedimento anexas, foram aprovadas por unanimidade.

Também por unanimidade, o Conselho Administrativo manifestou o seu acordo ao teor e fundamentação da proposta de autorização de procedimento e aprovou o início do procedimento, por Ajuste Direto ao abrigo da alínea d) do nº 1 do artº 20 do CCP e nos termos previstos na informação anexa.

Delibera-se, também, autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar (que será devidamente cabimentada com o n.º 95, estimando-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder € 5.500,00 acrescido do IVA à taxa legal aplicável.

Seguidamente, pela Presidente do Conselho, foi colocado à votação dos demais elementos a atribuição da necessária legitimidade para [REDACTED], proceder ao lançamento e acompanhamento do procedimento através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, (via email: concursospublicos@madeiratorres.com), com a estreita colaboração do CFETVL, nos termos do disposto na alínea g) do nº1 e n.º 4 do artigo 115º do CCP.

Ainda, nos termos do n.º 3 do artigo 67º do CCP, o procedimento será conduzido CFETVL, não sendo nomeado júri. Foram aprovadas por unanimidade as competências e atribuições acima referidas.

Mais, foi decidido que, cumprindo-se o disposto no art.º 94º do CCP (na alteração que foi efetuada pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de Dezembro) o contrato será reduzido a escrito, através da elaboração de um clausulado específico, em suporte de papel, assinado digitalmente pelas partes.

Este conselho, de acordo com o disposto no artigo 113º do CCP aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro deliberou convidar a apresentar proposta no procedimento, à entidade:

Companhia Própria – Formação e Consultoria, Lda (NIF 503994138) através de ines@companhiaproprias.pt

Foi verificado que não existe qualquer impedimento nos termos do art. 55º nem nos termos do art. 113º, ambos do CCP, que limite o convite a esta entidade. O que foi aprovado por unanimidade.

Para acompanhar o contrato e como gestora, para os efeitos do art. 290º-A do CCP, [REDACTED]
[REDACTED]. Foi a nomeação aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, para que conste, lavra-se a presente ata que depois de lida e rubricada, vai ser assinada.

Torres Vedras, 23 de abril de 2021

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]